

Estado x iniciativa privada — por um novo paradigma

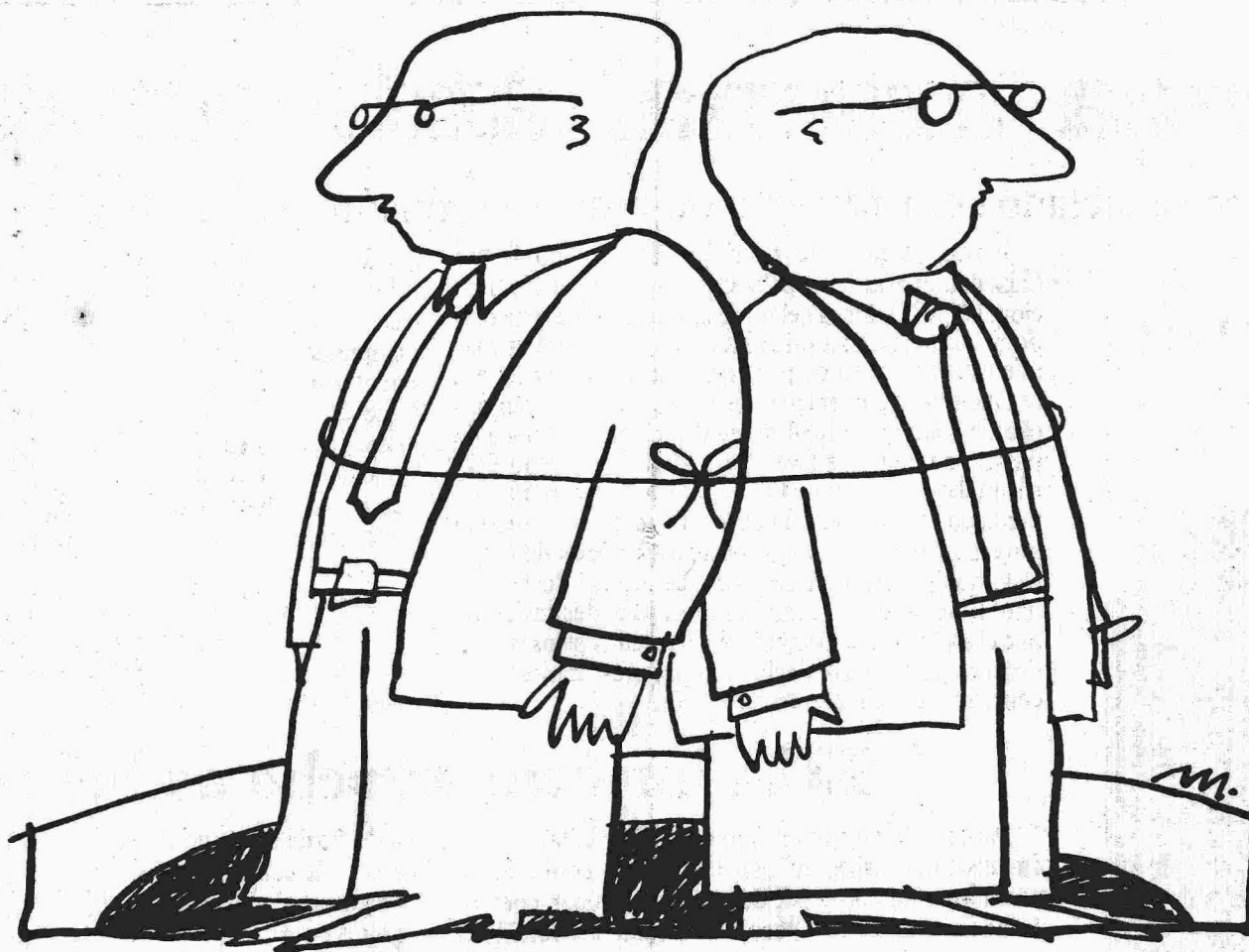
CIRO GOMES

CAMBRIDGE, EUA — Sempre foi um grande problema a delimitação da fronteira entre o interesse privado e o interesse público. A noção de propriedade privada e de suas relações com o interesse coletivo, os limites públicos ao exercício do direito de propriedade só foram simples de se estabelecer quando se tinha em vista a propriedade rural e as empresas mercantis rudimentares. Esta velha noção é ainda a noção cristalizada nos velhos códigos brasileiros e nas velhas cabeças. O passar dos tempos acabou por criar sofisticadas instituições e complexas práticas que acabaram por nos trazer a um grande dilema contemporâneo no mundo inteiro e muito oportuno de sobre ele se refletir num momento em que a sociedade brasileira embala o sonho de refundar-se: a necessidade de se criar um novo paradigma para destrinchar esta intrincada relação entre “o mercado” e o “Estado”.

A questão encerra aspectos das mais variadas ordens, desde aquelas de natureza jurídica até aquelas pertinentes à modelagem mesma do Estado passando, no Brasil é bom lembrar, por questões de natureza moral, pois, em nome da indefinição entre estes conceitos, muita safadeza se tem praticado na promiscuidade entre interesses privados e o setor público. Uma portaria do Banco Central, um aviso do Ministério da Indústria e Comércio e Turismo, uma conivência de um fiscal da Receita Federal criam fortunas, ou sancionam práticas as mais viciadas, e a opinião pública nunca toma sequer conhecimento.

Não enfrentar com transparência este debate é permitir uma enorme confusão que desorienta as pessoas, e faz o país andar sem rumo. O interesse de uma corporação é o interesse de uma corporação, um interesse particular, ainda que de um grupo — definitivamente não é um interesse coletivo! O crescimento da economia através de animação da atividade industrial, agrícola ou de serviços é interesse público, ainda que promovido através de empresas privadas. Fundos de pensão de empresas estatais são estrito interesse particular — a saúde de uma empresa estatal é provavelmente interesse público. Estas são expressões meio óbvias de algumas das confusões mais “populares” no Brasil em que questões particulares de grupos são manipuladas como interesse geral. Outras situações, entretanto, não são infelizmente tão claras. Por isto é fundamental que nos situemos neste debate.

Aqui na universidade onde estou, a discussão é fascinante, pois a deliberação não é sobre caricaturas ou absurdos éticos ou inconseqüências políticas, mas sobre os novos desafios de um mundo que não se reparte mais entre visões estanques de um Estado monopolizador dos fatores de produção ou de um “Estado mínimo” ausente completamente do domínio econômico. Discute-se aqui o



fenômeno da globalização da economia *versus* a legitimidade das economias nacionais se administrarem através da proteção de políticas industriais conseqüentes. Questiona-se com grande ênfase o futuro da pequena e média empresa frente à tendência irresistível da sofisticação tecnológica aparentemente a elas inacessível. Em textos do professor Mangabeira Unger, um brasileiro respeitadíssimo aqui e em todo o mundo acadêmico e que está me ajudando neste período aqui em Harvard, encontro a expressão “concorrência cooperativa” para indiciar um novo formato de relacionamento entre empresas especialmente menores para vencerem juntas alguns desafios enquanto disputam mercado.

Uma política agrícola que integre a iniciativa privada e o Estado certamente demanda uma relação muito mais sofisticada que a mera oferta passiva de créditos financeiros requeridos sempre pelos grandes com uma parte da conta sendo paga pelo contribuinte: pesquisa biotec-

nológica, armazenamento, distribuição, *marketing* para a conquista de novos mercados são tarefas necessariamente coletivas, se estamos falando de democratizar a produção, por exemplo.

O enunciado de algumas situações concretas só anuncia o caráter essencialmente prático desta discussão só aparentemente acadêmica e, sob o ponto de vista dos pobres, pessoas ou países, é absolutamente inadiável que se construa um novo paradigma para um novo papel de uma nova conformação de estado. Sim, porque com a morte do socialismo ortodoxo uma pretensa unanimidade se teria formado anunciando que economia é assunto da iniciativa privada e que o Estado deveria demitir-se de qualquer veleidade empresarial, circunscrevendo-se às suas tarefas mínimas. Ora, o que morreu foi um processo equivocado de tentativa de eliminar o desafio de estabelecer uma fronteira inteligente entre os méritos extraordi-

nários da livre iniciativa e as responsabilidades intrinsecamente coletivas de um Estado moderno, radicalmente democrático — outra expressão do prof. Unger — de quem se espera possa liberar a luta em busca do imortal valor permanente da igualdade de oportunidade para todos.

Políticas nacionais de ciência e tecnologia, industrial, agrícola, de comércio exterior, sem falar-se de políticas públicas de educação, de saúde, de moradia e infra-estrutura urbana, de energia, de transportes, certamente não são instrumentos de progresso a que possam renunciar as nações mais pobres como a nossa, sendo definitivamente verdadeiro que delas nenhum país de êxito se afastou — não ser que já tenham atingido um sucesso tal setorialmente que pregar para os outros a abolição de suas políticas nacionais em nome de uma liberalização geral do comércio nada mais é que uma ação predatória que aos mais fracos recomenda cautela o que definitivamente se recomenda a nós brasileiros.

Cuidado, entretanto, a apologia destes valores em muitas bocas representa coisa muito ruim. O estatismo “balofo” que de forma absolutamente patrimonialista está praticamente todo apropriado por pequenos grupos de interesse particular e/ou corporativo é uma desgraça ainda maior que o Estado castrado dos neoliberais pois custa muito à comunidade e a ela só devolve notícia de ineficiência e corrupção. Por isto a discussão franca de uma nova parceria entre o Estado e a iniciativa privada é inadiável. Todo o varejo clientelista e vulnerável ao tráfico de influência corruptor e alienante devia ser suspenso até a construção de uma ponte razoável entre o ridículo de hoje e a contemporaneidade de uma discussão que pretende dar à humanidade novos e intrigantes momentos de realização coletiva.

Algumas constatações à história de outros povos nos permitem atalhar: nós não precisamos pagar os custos da cessação das liberdades para aprender que o mercado e a iniciativa privada têm virtudes muito úteis ao progresso do homem e da mulher, bem assim, mesmo que muito recente e relativamente imperceptível, nós não precisamos aderir burramente ao ditado neo-liberal que já evidencia sinais de exaustão mesmo na América do Norte e na Europa onde se conformou há uma década. Nós precisamos, devemos e podemos ousar experimentar modos novos e ousados de estabelecer em bases éticas irreprensíveis um Estado controlado socialmente pelas maiorias, capaz de criar e manter um ambiente fecundo para a atividade empresarial privada, cabendo aos atores deste setor um papel de vanguarda na construção deste novo paradigma.